



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

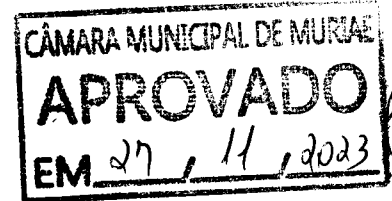


PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 348/2023

AUTOR: Prefeito Municipal Marcos Guarino de Oliveira

PARECER



I. RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei nº 348/2023, de autoria do Poder Executivo Municipal.

Lê-se na ementa o seguinte:

“Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 6.691, 27 junho de 2023, em seus Anexos I e III”

O projeto de lei traz a seguinte justificativa:

“Trata-se de Projeto de Lei que inclui, no anexo III da Lei nº 6.691 de 27 de junho de 2023, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem como escopo a sistematização e orientação dos requisitos necessários para a confecção da Lei Orçamentária Anual - LOA. Desta maneira, possui em seus anexos os parâmetros que servem de indicadores para o acompanhamento da gestão dos recursos municipais.

O atual projeto que é trazido a esta insigne Casa Legislativa tem o propósito de alterar os anexos de número I e o demonstrativo III que atualizam os valores da receita e despesas que serão utilizadas na confecção do orçamento de 2024.

Justifica-se tal modificação visto que os indicadores econômicos que foram utilizados na confecção da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - deste ano ficaram desatualizados em seus valores. Os ajustes são necessários a fim de ajustarem aos padrões da atualidade, além de prever os índices que vigorarão no decurso do ano ao qual se refere a Lei Orçamentária..(...)

É o relatório.



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça tem competência para exarar o parecer sobre a matéria em exame, com fulcro nos artigos 68, 71 e 72, VII do Regimento Interno, razão pela qual passamos à análise.

II. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei visa alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 6.691, 27 junho de 2023, em seus Anexos I e III, com o propósito de alterar os anexos de número I e o demonstrativo de número III que atualizam os valores da receita e despesas que serão utilizadas na confecção do orçamento de 2024.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem como escopo a sistematização e orientação dos requisitos necessários para a confecção da Lei Orçamentária Anual - LOA.

Como regra, a iniciativa dos projetos de lei complementar e ordinária cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara, ao Prefeito e, na forma da lei, aos cidadãos, conforme estabelecem os arts. 76 e 78 da Lei Orgânica do Município de Muriaé.

Entretanto, há matérias de iniciativa privativa do Prefeito, consoante prevê o art. 77 e 114 da LOM. Lê-se no dispositivo que:

"Art. 77. São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:

II – do Prefeito:

f) as diretrizes orçamentárias;

Assim, resta cumprida a iniciativa do projeto de autoria do Prefeito.

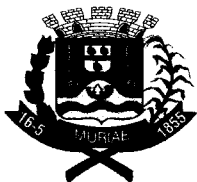
Quanto à espécie normativa, a Lei Orgânica do Município de Muriaé impõe a determinadas matérias taxativamente previstas no § 2º do art. 76, impondo-lhe o regramento da lei complementar, senão vejamos:

"Art. 76.

§ 2º. Considera-se lei complementar entre outras matérias, previstas nesta Lei Orgânica:

I – o Plano Diretor;

II – o Código Tributário;



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



III – o Código de Obras;

IV – o Código de Postura;

V – o Estatuto dos Servidores Públicos e do Magistério Municipal;

VI – a lei de parcelamento, ocupação e uso do solo;

VII – a lei instituidora do regime jurídico único dos servidores;

VIII – a lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos."

A matéria em exame não figura entre aquelas pertinentes à lei complementar, sendo admissível que a proposição siga pela espécie normativa ordinária.

Quanto ao quórum de votação, leis complementares e leis ordinárias são aprovadas por *quóruns* diferenciados.

A lei ordinária submete-se ao quórum de maioria simples, *ex vi* do disposto no caput do art. 61 da Lei Orgânica:

"Art. 61. As deliberações da Câmara serão tomadas, nas votações normais, por maioria dos membros presentes à reunião, salvos os casos previstos nesta lei."

No que tange à competência legislativa do Município, a proposição acha-se amparada pelos art. 30, inciso I, da Constituição da República, art. 171, inciso I, da Constituição do Estado de Minas Gerais e art. 114 da Lei Orgânica do Município de Muriaé, vejamos:

"Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;"

"Art. 171 – Ao município compete legislar:

I – sobre assuntos de interesse local;"

"Art. 114 – Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II – as diretrizes orçamentárias;

Observa-se ainda o disposto no art. 116 da LOM e art. 170 do Regimento Interno:



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



“Art. 116 – Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados por Comissão Permanente da Câmara, com competência para:

I – examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo prefeito;

II – examinar e emitir parecer sobre os planos e programas, exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação nas demais Comissões da Câmara.

§ 1º - As emendas serão apresentadas à Comissão Permanente, que sobre elas emitirá parecer, e apreciá-las-ão na forma regimental.

§ 2º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou projeto que o modifique somente podem ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviços de dívidas ou;

III – sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões, ou;

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 3º - Os recursos que, em decorrência do veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

§ 4º - O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara para propor modificação no projeto a que se refere este artigo, enquanto não iniciada a votação, na Comissão Permanente, da parte cuja alteração é proposta.”



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



“Art. 170. Lido em Plenário, o projeto será distribuído às Comissões Permanentes, que cuidarão de apresentar parecer à Mesa, sendo que, tendo assim ocorrido, o projeto será incluído na ordem do dia para discussão e votação, conforme segue:

§ 1o - Em regra, os projetos de lei e de resolução passam por 03 (três) votações;

§ 2o. No Plenário o projeto é submetido à 1a (primeira) discussão, podendo ser:

a) rejeitado;

b) aprovado, sem emendas;

c) aprovado, com emendas das Comissões;

d) receber emendas, subemendas ou substitutivos em Plenário.

I - Se o Projeto é rejeitado seguirá para a Secretaria da Câmara para arquivamento;

II - Na hipótese de ser aprovado sem emendas, será enviado à Mesa Diretora para, nas

reuniões subsequentes, ir à 2a e 3a votações;”

Conforme já verificado, a presente proposição tem por escopo alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 6.691, 27 junho de 2023, em seus Anexos I e III, com o propósito de alterar os anexos de número I e o demonstrativo de número III que atualizam os valores da receita e despesas que serão utilizadas na confecção do orçamento de 2024.

Destacamos aqui, que a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, orienta a elaboração e execução do orçamento anual e trata de vários outros temas, como alterações tributárias, gastos com o pessoal, política fiscal, e transferências de recursos, além de estar simetricamente alinhada com o plano plurianual e os ditames da Lei Federal nº4.320/64, que institui normas gerais do Direito Financeiro e a Lei Complementar nº 101/2002, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

No caso em apreço, as alterações propostas são necessárias para a finalidade de atualização dos valores da receita e despesas que serão utilizadas na confecção do orçamento de 2024, permitindo-se assim que a elaboração do orçamento para o exercício 2024 se dê de maneira adequada.



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



Diante do exposto e conforme o que foi analisado, conclui-se que a proposição atende ao interesse público e, sob o prisma orçamentário, é adequada e de salutar importância para o Município.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, entendemos pela **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** da proposição, razão pela qual conclui esta comissão que o presente projeto está apto a ser submetido à deliberação plenária, opinando pela **APROVAÇÃO** do mesmo.

Plenário Dr. João Evangelista Bandeira de Melo, 27 de novembro de 2023.

Membros da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça:


ADEMAR CAMERINO
Vereador


RANGEL MARTINO DE OLIVEIRA PAIVA
Vereador


DEVAIL GOMES CORREA
Vereador


ELVANDRO MACIEL DA SILVA
Vereador Suplente



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PROJETO DE LEI Nº 348/2023

AUTOR: Prefeito Municipal Marcos Guarino de Oliveira

PARECER

I. RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei nº 348/2023, de autoria do Poder Executivo Municipal.

Lê-se na ementa o seguinte:

“Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 6.691, 27 junho de 2023, em seus Anexos I e III”

O projeto de lei traz a seguinte justificativa:

“Trata-se de Projeto de Lei que inclui, no anexo III da Lei nº 6.691 de 27 de junho de 2023, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem como escopo a sistematização e orientação dos requisitos necessários para a confecção da Lei Orçamentária Anual - LOA. Desta maneira, possui em seus anexos os parâmetros que servem de indicadores para o acompanhamento da gestão dos recursos municipais.

O atual projeto que é trazido a esta insigne Casa Legislativa tem o propósito de alterar os anexos de número I e o demonstrativo III que atualizam os valores da receita e despesas que serão utilizadas na confecção do orçamento de 2024.

Justifica-se tal modificação visto que os indicadores econômicos que foram utilizados na confecção da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - deste ano ficaram desatualizados em seus valores. Os ajustes são necessários a fim de ajustarem aos padrões da atualidade, além de prever os índices que vigorarão no decurso do ano ao qual se refere a Lei Orçamentária..(...)

É o relatório.

A Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas tem competência para exarar o parecer sobre a matéria em exame, com fulcro no art. 72, VI, do Regimento Interno, razão pela qual passamos à análise.



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



II. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei tem por escopo alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 6.691, 27 junho de 2023, em seus Anexos I e III, com o propósito de alterar os anexos de número I e o demonstrativo de número III que atualizam os valores da receita e despesas que serão utilizadas na confecção do orçamento de 2024.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem como escopo a sistematização e orientação dos requisitos necessários para a confecção da Lei Orçamentária Anual - LOA. Desta maneira, possui no seu anexo III relação das metas e prioridades do Poder Executivo que serão utilizadas no decorrer do planejamento orçamentário do ano seguinte.

Desse modo, quanto ao mérito da proposição, entende essa comissão que está presente o interesse público que justifica a aprovação do projeto de lei.

III. CONCLUSÃO

Ante o exposto, entendemos pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da proposição, nos termos da fundamentação, e considerando que está presente o relevante interesse público que justifica a aprovação do projeto de lei, concluímos o voto pela aprovação do projeto.

Plenário Dr. João Evangelista Bandeira de Melo, 27 de novembro de 2023

Membros da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas:


ADEMAR CAMERINO
Vereador


REGINALDO DE SOUZA RORIZ
Vereador


ELVANDRO MACIEL DA SILVA
Vereador

DELSON LUCIO AMARO DE ANDRADE
Vereador Suplente



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



PARECER DA COMISSÃO DE REDAÇÃO E ASSUNTOS DIVERSOS

PROJETO DE LEI Nº 348/2023

AUTOR: Prefeito Municipal Marcos Guarino de Oliveira

PARECER

I. RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei nº 348/2023, de autoria do Poder Executivo Municipal.

Lê-se na ementa o seguinte:

“Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 6.691, 27 junho de 2023, em seus Anexos I e III”

O projeto de lei traz a seguinte justificativa:

“Trata-se de Projeto de Lei que inclui, no anexo III da Lei nº 6.691 de 27 de junho de 2023, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem como escopo a sistematização e orientação dos requisitos necessários para a confecção da Lei Orçamentária Anual - LOA. Desta maneira, possui em seus anexos os parâmetros que servem de indicadores para o acompanhamento da gestão dos recursos municipais.

O atual projeto que é trazido a esta insigne Casa Legislativa tem o propósito de alterar os anexos de número I e o demonstrativo III que atualizam os valores da receita e despesas que serão utilizadas na confecção do orçamento de 2024.

Justifica-se tal modificação visto que os indicadores econômicos que foram utilizados na confecção da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - deste ano ficaram desatualizados em seus valores. Os ajustes são necessários a fim de ajustarem aos padrões da atualidade, além de prever os índices que vigorarão no decurso do ano ao qual se refere a Lei Orçamentária..(...)”

É o relatório.

A Comissão de Redação e Assuntos Diversos da Câmara Municipal de Muriaé/MG, constituída dos Vereadores que subscrevem ao final, no uso de suas atribuições legais e regimentais, notadamente com fundamento no art. 72, III, assim se manifesta:



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



II. DO ASPECTO REGIMENTAL

Segundo o artigo 71 do Regimento Interno desta Câmara Municipal as Comissões Permanentes têm como objetivo estudar e emitir pareceres sobre assuntos submetidos a seu exame, sempre que se fizer necessário, sob a orientação da Procuradoria Jurídica da Câmara, servindo referidos pareceres de fundamento para as discussões e votações.

Outrossim, o artigo 72 elenca que a competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, na forma seguinte:

(...)

III- Comissão de Redação e Assuntos Diversos:

a) redação final da proposição.

(...)

Insta observar também o disposto no art. 170 do Regimento Interno:

“Art. 170. Lido em Plenário, o projeto será distribuído às Comissões Permanentes, que cuidarão de apresentar parecer à Mesa, sendo que, tendo assim ocorrido, o projeto será incluído na ordem do dia para discussão e votação, conforme segue:

§ 1º - Em regra, os projetos de lei e de resolução passam por 03 (três) votações;

§ 2º. No Plenário o projeto é submetido à 1ª (primeira) discussão, podendo ser:

a) rejeitado;

b) aprovado, sem emendas;

c) aprovado, com emendas das Comissões;

d) receber emendas, subemendas ou substitutivos em Plenário.

I - Se o Projeto é rejeitado seguirá para a Secretaria da Câmara para arquivamento;

II - Na hipótese de ser aprovado sem emendas, será enviado à Mesa Diretora para nas reuniões subsequentes, ir à 2ª e 3ª votações; (...)”



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



III. DA REDAÇÃO FINAL DA PROPOSIÇÃO

Ao analisar o presente projeto, a Comissão verificou a redação do mesmo, nos termos do art. 239 do Regimento Interno da Câmara Municipal e, tendo sido o mesmo aprovado sem emendas, deverá prosseguir a tramitação da proposta nos moldes do art. 170, §5º do mesmo Regimento.

IV – DO PARECER FINAL

Ante o exposto, esta Comissão de Redação e Assuntos Diversos conclui pela regularidade da redação da proposta e desnecessidade de realização das correções de que trata o art. 240 do Regimento Interno, opinando pela tramitação conforme deliberado em Plenário, com a consequente remessa para a Secretaria da Casa para fins de se proceder às publicações necessárias e remessa ao Poder Executivo.

Plenário Dr. João Evangelista Bandeira de Melo, 27 de novembro de 2023

Membros da Comissão de Redação e Assuntos Diversos:


ADEMAR CAMERINO

Vereador


VANDERLEI LUIZ LOPES

Vereador


ANTONIO AFONSO SOARES TOMAZ

Vereador

**DELSON LUCIO AMARO DE
ANDRADE**

Vereador Suplente